PLANO ANUAL DE ACTIVIDADE SINDICAL - 2009/2010

1. Enquadramento político-sindical

O ano lectivo de 2009/2010 iniciou-se num ambiente de indefinição matizado por algum sentimento de esperança. Ambiente de indefinição porque no final de Setembro iriam ter lugar eleições legislativas após quatro anos e meio de "ditadura" da maioria absoluta parlamentar e um sentimento de esperança resultante do facto de algumas das principais reivindicações dos docentes terem sido acolhidas, durante a campanha eleitoral, nos programas de diferentes partidos.

No decorrer processo eleitoral, o SPGL demarcou-se claramente de uma insidiosa campanha que tendia a considerar que todos os votos eram igualmente importantes desde que não tivessem como destino o Partido Socialista. A Direcção do Sindicato entendeu que o objectivo de derrotar o PS ou de o colocar em minoria na Assembleia da República – objectivo mais do que legítimo face ao comportamento inqualificável da equipa de Maria de Lurdes Rodrigues com o manifesto apoio de José Sócrates durante o mandato anterior – não deveria traduzir-se no reforço das posições dos partidos da direita. O facto do CDS/PP ter emergido como 3ª força política na AR, com uma votação superior a 10%, veio a mostrar que a estratégia da Direcção do Sindicato foi correcta, ainda que se tivesse mostrado claramente insuficiente para inverter a o desfecho do processo.

Os resultados eleitorais, colocando o PS como partido mais votado mas longe de uma maioria absoluta (de que fizera na legislatura anterior um uso abusivo), tornaram possível a intervenção conjunta dos partidos da oposição na AR, obrigando o recém-empossado governo a aceitar o princípio de uma nova carreira docente e de um novo modelo de avaliação de desempenho.

O trabalho do SPGL, integrado no esforço da FENPROF, junto dos partidos com assento parlamentar e da própria Assembleia da República, foi determinante para "obrigar" a colocar os problemas dos professores, nomeadamente o estatuto de carreira, na ordem do dia em termos políticos.

2. Revisão dos Estatutos e decisão de saída ou permanência na CPQTC

O referido período de certa indefinição política, decorrido entre o início do ano lectivo e o início das negociações em torno das matérias atrás enunciadas, foi aproveitado pela direcção do SPGL para cumprir duas das suas "promessas eleitorais": a revisão dos estatutos do sindicato no sentido de os simplificar (de tornar mais fácil a candidatura aos diferentes órgãos e de melhorar a participação dos sócios) e a decisão sobre a permanência ou saída da Confederação Portuguesa dos Quadros Técnicos e Científicos.

Os resultados das votações são conhecidos. Apesar da proposta apresentada pela Direcção ter obtido uma esmagadora vantagem sobre todas as propostas concorrentes, o número de votos considerados como "entrados" foi de apenas 1620, correspondendo a 9,25% do universo dos sócios com direito a voto, abaixo portanto dos 10% estatutariamente exigidos. A Direcção reconhece que a alteração do sistema de votação, mais assente no voto por correspondência do que na abertura de mesas nas escolas, foi demasiado brusco e pode ter afastado alguns sócios do processo de votação. Mas há situações dificilmente previsíveis. O recurso à "credencial" para votar, usado em vários sindicatos, gerou inesperadas dificuldades, com um número elevado de sócios a perderem-nas e a inutilizarem-nas. Também não é fácil de prever que 135 sócios enviem o seu voto sem qualquer identificação. Se a isto se acrescentar que foram inutilizados 67 votos por deficiente "carimbo dos CTT verifica-se que, de facto, o número de sócios que votaram ultrapassou, ainda que ligeiramente, os 10% previstos estatutariamente. Por outro lado, a preocupação de fazer chegar em tempo útil a credencial e os boletins de voto foi

prejudicada, na sua eficácia, por a correspondência que os continha ter chegado a casa dos sócios bastante antes do Escola/Informação – embora o jornal tenha saído nos prazos previstos. Nesse sentido, o número de mesas de voto presencial demonstrou ser claramente insuficiente, embora a decisão subjacente à sua redução, que se reconhece agora como exagerada, tivesse tido em atenção a enorme dificuldade em encontrar professores com disponibilidade para assegurar de forma permanente o seu funcionamento.

Os "incidentes" envolvendo os votos por correspondência – já recorrentes em eleições anteriores e só justificados por uma desconfiança quase doentia por parte das listas concorrentes com a da Direcção – justificam só por si que se desenvolvam os estudos para o recurso ao voto electrónico (previsto nos estatutos que continuam em vigor), tarefa que a direcção está a equacionar.

Nesta conformidade, a Direcção entende que cumpriu a sua promessa eleitoral no que se refere à revisão dos estatutos. Deixa contudo em aberto a possibilidade de retomar esta questão mais tarde, ainda no decorrer do actual mandato, se vier a considerar que isso pode ser positivo para a revitalização do SPGL.

Quanto à votação sobre a saída ou permanência da Confederação de Quadros, proposta por três das quatro listas concorrentes, teve como resultado, por maioria simples, a decisão de saída da CQTC. Decisão que a direcção cumprirá, obviamente. (Os dados relativos a estas votações são consultáveis na página do SPGL na internet).

3. Ensino Público não Superior

a) Negociações no âmbito da Estrutura da Carreira e Avaliação do Desempenho

Em finais de Novembro, iniciaram-se as negociações em torno da revisão da Estrutura da Carreira e da Avaliação de Desempenho. O SPGL tem participado activamente nas negociações, procurando que elas sejam acompanhadas pelo maior número de dirigentes e delegados sindicais possível. Realizou uma reunião alargada com dirigentes e delegados sindicais após a recepção da 1ª proposta do ME e um Plenário aberto a todos os professores após a recepção do 2º texto do Ministério da Educação. Para além disso, foram realizadas reuniões sindicais em muitas escolas. Além disso, os documentos enviados pelo ME e as notas da Direcção e do Secretariado Nacional da FENPROF têm sido enviados a todos os sócios via "e-mail", disponibilizados no "sitio" do SPGL na "internet" e afixados nos "placards" das escolas sempre que possível.

O SPGL continuará combativamente envolvido nestes processos negociais, procurando que haja uma rápida circulação da informação, e que o debate com os professores, em torno do rumo das negociações, seja o mais alargado possível.

b) Negociações subsequentes à alteração da Estrutura da Carreira e Avaliação do Desempenho

O SPGL participará activamente nos processos negociais subsequentes às questões relativas à da estrutura da carreira e à avaliação, tendo em vista, nomeadamente a:

- Alteração dos critérios em que assenta a elaboração dos horários de trabalho, tendo em vista a redução da componente não lectiva e a correcta definição da componente lectiva;

- Contagem integral do tempo de serviço prestado e a criação de requisitos específicos para a aposentação dos docentes;

- Melhoria do processo de Formação de Professores e Educadores de Infância (inicial, contínua e especializada) e regulamentação da profissionalização em serviço;

- Melhoria dos Direitos Profissionais nomeadamente no capítulo das faltas, férias, licenças e dispensas e, ainda, no domínio da acção disciplinar;

- Vinculação dos professores contratados.

c) Acções de luta e reivindicação pela dignificação da profissão e da Escola Pública

O SPGL desencadeará e participará activamente (no âmbito da FENPROF) nos processos de luta e reivindicação referentes às questões da dignidade da profissão em todos os domínios, tendo em vista nomeadamente a:

- Adopção das medidas indispensáveis à abertura de novo concurso, com vagas declaradas, o mais rapidamente possível. Nesse sentido, deverá retomar-se a contratação através do modelo de "colocações cíclicas", alargadas a todo o ano escolar, e rever as regras para destacamento DACL e DCE;

- Revogação em definitivo da prova de ingresso na profissão;

- Alteração da situação laboral dos técnicos, na esmagadora maioria docentes, que exercem funções nas AEC - independentemente das entidades que os contratam -, sendo eliminados os recibos verdes e respeitadas as remunerações legalmente estabelecidas;

- Aprovação, no âmbito da revisão do ECD, de um regime de integração nos quadros, dos professores de Técnicas Especiais, de acordo com a Resolução da Assembleia da República nº 17/2006, de 9 de Fevereiro. Na mesma linha, aprovação de um regime especial de acesso à profissionalização dos docentes que leccionam disciplinas e áreas em que tal acesso não é possível (nomeadamente nas áreas do ensino artístico e profissional), independentemente do número de anos de serviço;

- Garantia dos direitos sindicais, com a aprovação de medidas que visem eliminar as penalizações a que se sujeitaram professores que participaram em reuniões sindicais, professores que são dirigentes sindicais e as próprias organizações, cuja autonomia de organização e representatividade foram postas em causa;

- Revisão do actual modelo de gestão escolar, visando a sua democratização;

- Revisão do regime de Educação Especial, incluindo o que respeita à Intervenção Precoce, deixando a CIF de ser o único instrumento colocado à disposição das escolas para efeitos de diagnóstico das situações que revelam necessidade de apoio e reorganizando toda a rede de atendimento a alunos com necessidades educativas especiais, de modo a pôr fim à segregação promovida pelo Decreto-Lei n.º 3/2008;

- Revogação do processo de municipalização de todo o Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar, a que mais de 2/3 dos municípios não aderiu e início de um processo participado de reflexão, visando a transferência de competências, preferencialmente para as escolas/agrupamentos, mas identificando os âmbitos em que tal deverá acontecer e os recursos que as deverão acompanhar;

- Substituição do actual modelo de actividades de enriquecimento curricular (AEC) no 1º CEB (que está a pôr em causa o normal funcionamento das escolas e a prejudicar as actividades curriculares), por outro em que as AEC sejam, como refere o Decreto-Lei n.º

6/2001, actividades lúdicas e culturais e em que estas decorram depois das actividades lectivas; a língua estrangeira deverá ser incluída no currículo.

4. Ensino Superior

No Ensino Superior, as tarefas prioritárias incidem sobre a aplicação dos estatutos das carreiras no que respeita ao preenchimento dos lugares de professores de carreira, os regimes de transição, as subidas de escalão salarial resultantes da avaliação do desempenho e da aprovação dos respectivos regulamentos. É ainda necessário promover acções no sentido da regulação da contratação e da carreira no Ensino Superior Privado, bem como rever a carreira da investigação científica e conseguir a vinculação estável de muitos investigadores aos respectivos centros de investigação.

Assim, é estratégico um investimento grande no sentido do reforço da sindicalização em todos os sectores mas especialmente no politécnico público, no privado e entre os investigadores.

5. Ensino Particular

No que respeita ao Departamento do Ensino Particular e Cooperativo e IPSS, o SPGL tem participado nas reuniões da comissão paritária do contrato colectivo de trabalho das IPSS com a CNIS que se irão prolongar ao longo de 2010. A partir do dia 12 de Janeiro de 2010 irão iniciar-se as negociações com a AEEP da revisão do clausulado do CCT do EPC bem como dos aumentos salariais para 2010. Este processo iniciou-se no primeiro período lectivo com uma auscultação aos sócios do sector para que enviassem sugestões para incluir na proposta de revisão que a FENPROF apresentará à AEEP. Também se iniciou no passado mês de Dezembro o processo de conciliação do Acordo de Empresa da União das Misericórdias no Ministério do Trabalho. Foram retomadas as negociações com

a ANESPO conducentes à celebração do primeiro contrato Colectivo de Trabalho para as Escolas Profissionais Particulares.

O Departamento realizou no primeiro período lectivo uma acção de formação sindical para dirigentes e delegados sindicais que teve o apoio do nosso dirigente Ulisses Garrido. Também se realizaram, em todas as Direcções Regionais, plenários de sócios do ensino particular e cooperativo e das IPSS que se repetirão nos outros períodos lectivos.

Para além dos plenários já referidos também se realizaram outras reuniões em instituições de ensino a pedido dos respectivos sócios.

As dirigentes do sector estão a acompanhar vários processos em contencioso os quais as têm obrigado a apresentarem-se em Tribunal na qualidade de testemunhas.

6. Frentes de Trabalho e Departamentos

Para além da acção geral do SPGL no plano da defesa das justas reivindicações dos contratados e desempregados o Sindicato continuará a apoiar a Frente de Trabalho dos Contratados e Desempregados nas suas acções específicas. A última delas teve lugar no mês de Dezembro de 2009 com o envio maciço de postais de "boas festas" ao Ministério da Educação relembrando as reivindicações essenciais dos contratados como a vinculação, a profissionalização, o fim da prova de ingresso um novo concurso, entre outras.

Relativamente ao Departamento dos Aposentados o SPGL continuará a dar todo o seu apoio (tendo em atenção o acautelamento da situação financeira do Sindicato) às acções que o Departamento tem previstas (a última das quais decorreu neste mês de Janeiro de 2010 com plenários regionais) quer no plano cultural, quer no plano da formação, quer, fundamentalmente, no plano reivindicativo.

Neste último plano, o SPGL defende:

- Um aumento das pensões que assegure, pelo menos, a manutenção real do poder de compra;
- A revisão dos critérios estabelecidos no Indexante Apoios Sociais;
- A revogação do factor de sustentabilidade;
- O fim das taxas para a ADSE nos 13º e 14º mês dos aposentados da Administração Pública;
- O alargamento da lista de doenças crónicas e gratuitidade dos medicamentos correspondentes e dos medicamentos genéricos, exigindo medidas que promovam a sua prescrição;
- O acesso aos cuidados continuados públicos de qualidade a cidadãos em dependência, no domicílio ou em instituições.

No plano cultural, o Departamento dos Aposentados pretende desenvolver o projecto "LIVROS, SABERES – AMIGOS A PARTILHAR". Assim, e no seguimento da decisão da Direcção do SPGL, pretende:

- criar um espaço de convívio em que os sócios do SPGL possam juntar-se para conversar ou desenvolver actividades;

- criar uma zona de troca de livros;

- organizar, em dias a combinar, sessões de leitura para grupos ou conferencias com escritores;

- organizar sessões de "partilha de saberes": um sócio apresenta o seu saber e ensina-o aos outros sócios interessados.

Pretende-se envolver o Departamento da cultura nestas acções.

O Departamento de Cultura dispõe de novas instalações que permitem uma grande interacção com os aposentados (conseguindo-se assim uma melhor rentabilização dos meios) e uma nova filosofia de trabalho que poderá constituir a base para uma intervenção mais diversificada do SPGL nesta área.

7. Revitalização do SPGL

A Direcção da SPGL desenhou uma estratégia de revitalização do Sindicato (tendo em vista melhorar a sua actuação a todos os níveis, evitar a dessindicalização, manter os aposentados como sócios e aumentar o número de novos associados) que se desdobra em duas facetas fundamentais: maior presença do Sindicato nas escolas (quer ao nível dos dirigentes e dos delegados sindicais mas também dos seus serviços, nomeadamente através do Apoio a Sócios) e maior proximidade com os sócios e os seus problemas (melhoria do atendimento a todos os níveis – contactos telefónicos, sms, página na Internet, jornal, serviços na sede e delegações – maior critério, rigor e diversificação das jornadas pedagógicas, mais e melhores protocolos, e seguros, nomeadamente o de saúde, de grande qualidade).

Esta estratégia passa por actuações concertadas em vários campos nomeadamente: continuar e acelerar a campanha de eleição de delegados sindicais, remodelar os painéis sindicais e garantir a sua actualização mínima mensal, levar alguns dos serviços às escolas para apoiar os professores, incentivar, em cada escola, o tratamento das questões da segurança no trabalho, continuar a melhorar a página do Sindicato na Net, contacto atempado com todos os sócios potenciais candidatos à aposentação para que mantenham a sua ligação ao SPGL, entre outras acções. No centro desta actuação será posta em prática uma campanha de sindicalização até ao final do ano lectivo.

A consulta da página do Sindicato, só por si, já permite ver algumas das melhorias que estão ser introduzidas. Desde um destaque mais forte das questões de luta e reivindicação do momento, ou da situação das negociações, ao calendário das Jornadas Pedagógicas da Direcção Regional de Lisboa e acções das frentes de trabalho, muitas coisas mudaram e continuam a mudar na comunicação com os sócios.

8. Sustentabilidade e melhoria do funcionamento interno

O SPGL continuará fiel à orientação de procurar uma estabilidade financeira e económica, que tem sido conseguida sobretudo com uma política séria de contenção de despesas, sem nunca ter sido posta em causa a actividade sindical.

Do ponto de vista do funcionamento interno, iniciou-se a revisão, com os trabalhadores, do regulamento interno do SPGL, processo que se prevê venha a ser concluído até finais de Março. Trata-se de actualizar, face às novas realidades do Sindicato, um documento claramente desfasado da realidade.

9. Congresso da FENPROF

O Congresso da FENPROF vai realizar-se nos dias 23 e 24 de Abril de 2010. O regulamento de eleição dos delegados foi já aprovado pelo Secretariado Nacional e, de acordo com os calendários previstos, as eleições dos delegados decorrerá até meados de Março. As reuniões sindicais necessárias para estas eleições serão aproveitadas para dinamizar a vida sindical, alargar a rede de delegados sindicais e aumentar a sindicalização. O SPGL procurará ter uma intervenção aprofundada nos textos a apresentar ao Congresso da FENPROF e uma intervenção profunda e diversificada no próprio congresso tendo em vista o fortalecimento da Federação como instrumento fundamental na defesa dos interesses dos professores.

10. Acções com o Movimento Sindical

O SPGL reafirma a sua disponibilidade para manter os níveis indispensáveis de envolvimento na acção e luta do movimento sindical. Nesse sentido, envolver-se-á, no âmbito da Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública, nomeadamente na defesa da Proposta Reivindicativa Comum para 2010, bem como da CGTP-IN, nomeadamente na defesa do emprego e da valorização dos salários, no combate aos aspectos mais negativos e gravosos do Código de Trabalho, pelo alargamento da protecção no desemprego, pela revogação do chamado – factor de sustentabilidade –, pela alteração das regras de actualização das pensões e prestações e pela defesa de serviços públicos de qualidade.

O SPGL integrar-se-á nas comemorações do 40º aniversário da CGTP-IN.

11. Comissão para a Igualdade entre Mulheres e Homens

O SPGL participa activamente na Comissão para a Igualdade entre Homens e Mulheres no âmbito da CGTP. Neste campo o Sindicato propõe-se:

- Fazer acções de Sensibilização/ Formação destinadas a dirigentes e delegados/as
- Incluir esta temática nas Jornadas Pedagógicas;
- Publicar com carácter de assiduidade artigos/ textos informativos, críticos e de reflexão, no EI e no site do SPGL;
- Acompanhar e desenvolver actividades em torno do Plano Nacional para a Igualdade, Plano Nacional contra a Violência Doméstica, políticas sobre Manuais Escolares e Formação Inicial e Contínua de Docentes;
- Acompanhar a aplicação do Código de Trabalho no âmbito da Lei da Maternidade/ Paternidade e outras relacionadas com a família;

- Desenvolver actividades no âmbito da comemoração do Dia Internacional da Mulher promovendo uma exposição sobre as mulheres e a República e outras actividades que assinalem o dia;
- Realizar um concurso, nas escolas e em parceria com a APF, no âmbito da saúde Sexual e Reprodutiva;
- Participar activamente no âmbito da CGTP e da USL nas conferências e nas campanhas desenvolvidas nesta área.

12. Formação Sindical

O SPGL sozinho, ou em conjunto com a CGTP-IN, desenvolverá acções de formação sindical para os seus dirigentes e delegados sindicais.

Lisboa, 18 de Janeiro de 2010